

OS ÍNDIOS E A PECUÁRIA NAS FAZENDAS DE GADO DO PIAUÍ COLONIAL *

Luiz R. B. Mott

(Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas)

I.

O Piauí, diferentemente do que aconteceu com as demais Capitânicas do Nordeste, só foi conquistado nos fins do século XVII: no ano de 1674, Domingos Afonso Sertão, português nascido em Mafra, “descobre e povoa o Piauí, com grande risco de sua pessoa e considerável despesa, com o adjutório de Sócios”¹. De acordo com a *Corografia Brasílica*, de Aires de Casal, o “Mafrense” possuía uma fazenda de criar gado na banda norte do rio S. Francisco e querendo acabar com os grandes danos que lhe causavam os índios do sertão, assim como desejoso de aumentar sua fortuna com outras possessões semelhantes, empreendeu a conquista de parte dos sertões situados entre o rio Parnaíba e a serra de Ibiapaba². A conquista destes novos territórios até então desprezados foi resultado do processo de expansão da economia açucareira, carente de novos espaços para desenvolver a criação de gado bovino e cavalari³. Possuindo grande parte de seu território ocupado por catingas e cerrados, dispondo de poucos rios perenes e baixa pluviosidade, o Piauí, se de um lado apresentava fracas possibilidades para o desenvolvimento de uma agricultura exportadora, veio a transformar-se na principal área pastoril do Nordeste, sendo considerado durante séculos como o curral e açougue das áreas canavieiras⁴. Como muito bem relatava o Governador do Maranhão, quando de viagem por esta região, “considerando que o Piauí não pode produzir outra utilidade mais do que gados e cavalos, o remédio para se aumentar (a Capitania) é povoarem-se de galos e de fazendas todos estes sertões”⁵.

Foi exatamente isto o que aconteceu: apenas 23 anos após sua descoberta, em 1697, já existiam no Piauí nada menos do que 129 fazendas de gado, passando para 400 em 1730 e para 578 em 1772⁶. Eis como o primeiro sacerdote, cronista e censor do Piauí, o Padre Miguel de Carvalho,

(*) — Agradeço à Fundação Calauete Gulbenkian a bolsa de estudo que me permitiu coletar o material histórico para este trabalho nos Arquivos Portugueses (1971). Meus agradecimentos igualmente à Fundação Ford pelo financiamento de minha participação na XI reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Recife, 1978, onde apresentei esta comunicação.

descreve esta nova freguesia no ano de sua criação em 1697: “Tem o sertão do Piauí 129 fazendas de gados em que moram 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. . . (Tem mais) um arraial de paulistas com muitos tapuias cristãos, o qual governa o Capitão-Mor Francisco Dias de Siqueira. . . e com os quais faz entrada ao gentio bravo e lhe tem o encontro para que não ofendam a povoação”⁷. Sobre o “gentio bravo” o Padre Carvalho fornece preciosas informações relativamente à localização de suas aldeias, o tipo de contacto que mantinham com os brancos, a qualidade das terras que ocupavam, assim como alguns detalhes referentes às peculiaridades da cultura tribal. Como se trata de material pouco conhecido, julgamos válida esta longa transcrição: “Estes sertões estão povoados de muitos tapuias bravos, valentes e guerreiros, entre os quais se acham alguns que se governam com alguma rústica política, tendo entre si Rei e chamando seus distritos Reinos, como são os Rodeleiros; que se contam com sete reinos, e são tão guerreiros, que até agora não foram ofendidos, nem de entre eles se tem apanhado língua, sendo muitas vezes acometidos por grandes tropas de paulistas. Pelejam com rodela muito grandes, feitas de um pau chamado craíba, as quais na batalha levam uns e outros. Ao reparo delas pelejam com arco e flecha, lança e cachaporas. . . (No caminho que leva ao Maranhão) vivem os tapuias bravos chamados Aroatizes e Goanares, com os quais os brancos ajustaram pazes, que sendo firmes, serão em grande utilidade do comércio, por ficar o caminho sem impedimento. . . A terra dos Alongazes está por detrás dos riachos de Santo Antônio e das Berlengas, correndo para a Serra da Ibiapaba, para a qual fugiram os tapuias chamados também Alongaz, que nela moravam e de presente a têm os brancos povoadas com algumas fazendas de gados, situadas à beira de riachos que têm suas vertentes para o Norte . . . Muitos mais sítios se tem descoberto nesta terra dos Alongazes para se lhe meterem gados, o que brevemente se fará, porque andam os moradores a competência qual tomará primeiro posse deles, e de presente levaram alguns gados os padres da Companhia que vivem na serra da Ibiapaba, dizem que com tenção de povoarem estas terras na volta. . . A região do rio Parnaíba é quase toda capaz de criar gado e não está povoada por causa do muito gentio bravo que na beira dele habita. Alguns moradores meteram lá gados e se retiraram com medo e os que moram nas fazendas (desta região) andam sempre em contínua guerra e muitos perderam as vidas nas mãos daqueles bárbaros, por cuja causa se não tem aumentado muito esta povoação pelas beiras daqueles famosos rios Parnaíba e Goroguca, os quais são abundantes de pastos e de várias frutas. . . Esta abundância faz com que naquela terra habitem muitos tapuias, os mais bravos e guerreiros que se acharam no Brasil. . .”⁸

Ao todo o Pe. Carvalho enumera 37 grupos indígenas (ver anexo), afirmando que “outras muitas nações há no circuito desta freguesia de que se não sabe o nome. As nações acima ditas são as que nos deram ou de presente dão guerra mais viva”⁹. Além destes, vez por outra passava pelo território piauiense alguma horda de índios, fugidos de seus habitats primi-

tivos, acossados pela expansão agro-pastoril ao norte do S. Francisco, demandando plagas ainda mais isoladas quer de Goiás, quer do Maranhão ¹⁰.

De acordo com Pereira d'Alencastre, o autor da principal memória oitocentista consagrada ao Piauí, "as freqüentes hostilidades dos selvagens contra os primeiros povoadores, a quem não podiam ter senão má vontade, visto como os olhavam como usurpadores de suas terras, eram um embaraço todo o dia, um grande mal, que demandava de pronto remédio para garantia da propriedade nascente e o que é mais, das vidas dos arrendatários e colonos que afluíam em grande número" ¹¹. O remédio empregado contra os índios foi a violência. Assim sendo, podemos notar basicamente quatro maneiras como se efetuou o contacto dos brancos com os silvícolas do Piauí: guerra de extermínio, guerra de expulsão, guerra de preamento e guerra de redução. Frei Martin de Nantes narra que, quando os portugueses asediaram a aldeia dos índios Gueguês, persuadiram-nos a render-se, sob a condição de que teriam suas vidas poupadas. Não cumpriram porém o prometido: "mataram todos a sangue frio, reduzindo à escravidão suas mulheres e filhos" ¹². Malgrado a existência da Carta Régia de 1º de Abril de 1680, proibindo a escravização dos índios ¹³, tudo faz crer que somente após a Lei de 6-7 de junho de 1755 é que se restituiu aos índios a liberdade de suas pessoas, bens e comércio ¹⁴, de modo que a indiada que não era massacrada nas pelejas tornava-se até esta data, "presa de guerra", isto é, escravos. No manuscrito "Notícia sobre a guerra ordenada contra as nações de índios que infestavam a Capitania do Piauí" (1774-1776), informava o primeiro Governador do Piauí, João Pereira Caldas, que após ter batido e matado grande quantidade de índios, ficaram no campo de batalha, entre mortos e feridos, umas 400 pessoas. Posto ser então proibido escravizar os silvícolas, resolveu o Governador "separar as pessoas que me pareceram em termos de se poderem educar sem o perigo de voltarem para o mato, e as fiz repartir pelos moradores desta cidade debaixo da obrigação de delas darem conta a todo o tempo, d'as vestirem, sustentarem, curarem e doutrina-rem, evitando assim desta forma muito maiores despesas à fazenda real e o prejuízo da falta de muitas que sem dúvida morreriam faltando-lhes o agasalho com que se estão criando... As velhas porém as conservo em prisão até o fim da campanha, para então as remeter com as crianças de peito para as povoações do Maranhão..." ¹⁵. Nesta feita foram subjugados 737 índios, 400 mortos em batalha e 337 aprisionados e repartidos entre os colonos em praça pública. Temos notícia de que alguns grupos tribais que tiveram a ventura de não serem atacados pelos brancos, preferiram fugir para outras regiões menos ameaçadas: já nos primórdios da conquista dizia o pe. Carvalho que os índios Anassu e Alongá tinham se retirado para a serra da Ibiapaba (a maior redução jesuítica do Nordeste), vivendo junto com os caboclos, "com medo dos brancos" ¹⁶. Outro tanto de silvícolas foram reduzidos à força em aldeias missionadas por religiosos. No território piauiense existiram três aldeias ou povoações de índios domésticos: São João de Sande, Cajueiro e São Gonçalo do Amarante. Eis como

o ouvidor Durão descreve duas missões no ano de 1772: “Há no distrito da cidade de Oeiras duas povoações de índios: os jaicós, aldeados junto à ribeira do Itaim, e apenas chegarão hoje a 60 indivíduos, e os guegês, que se situaram em São João de Sande, distantes da mesma cidade 8 léguas para a parte do Norte, e chegam entre grandes e pequenos a 252... Não prometem aumento e nem ainda subsistem, porque os Jaicós estão quase extintos e o Guegês existirão pela metade do que eram quando se aldearam, haverá 12 ou 13 anos. Vieram de novo 424 Acroás que se não acham ainda aldeados, e as 3 juntas fazem o número de 736 almas. São uns e outros inseparáveis do furto e bebedeira... Já houve na Capitania mais aldeias de que apenas há memória”¹⁷.

Meio século após esta descrição, quando os naturalistas von Spix e von Martius viajavam pelo Nordeste, assim encontraram as aldeias supra-citadas: “Há uns 400 pés de altitude, do outro lado da serra de S. Gonçalo, (encontra-se) o pequeno arraial de São Gonçalo, um quadrado de palhoças baixas em volta de uma capela em ruína, e sede de uma colônia de índios. 50 anos antes, sob o governo de João Pereira Caldas, o avô do (atual) Capitão-Mor de Oeiras, havia batido diversas tribos, que para os colonos ali isolados, se tornavam então perigosas, com as suas constantes correrias. Vencidos, 500 em número, foram segundo o costume, reunidos em aldeias, longe de seus pousos nativos. Os Jeicós foram aldeados na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, a oeste de Oeiras; os Timbiras, Acroás e Gueguês foram reunidos em S. Gonçalo do Amarante. Estes três últimos gentios são designados pelos sertanejos com o nome comum de Gamelas. Encontramos apenas um resto desta colônia, antigamente importante. Segundo a nota do vigário, constava apenas de umas 120 pessoas e mesmo estas, nem todas de origem sem mistura. Certas doenças, sobretudo as bexigas, haviam dado cabo de muitos. Outros desde muito tinham regressado a seus velhos retiros. O aspecto tristonho dos índios, que vagavam aqui em abstrata inércia, a sujidade e desordem das pobres choças, assim como a falta de uma direção conveniente confiada agora a um soldado dado ao vício da embriaguês, reforçaram a nossa convicção de que se deve considerar rara exceção uma feliz tentativa de colonizar indígenas. Essa convicção é tanto mais sensível ao filantropo, pois essas empresas de colonização quase sempre custam imenso sacrifício de vidas humanas. Quando se resolve estabelecer numa colônia uma tribo de índios, quer para torná-los inofensivos, quer para torná-los úteis ao estado, isso quase nunca se faz sem guerra prévia, cuja consequência é a submissão da tribo... Assim, a tribo ou os membros dela que se renderem diante da superioridade do adversário, abandonam o seu pouso e são reunidos numa aldeia, em geral distante das outras povoações brasileiras, e ali ficam sob a inspecção de um diretor, nomeado pelo governo, por vezes com a cooperação do principal, escolhido no seu meio. Trabalham na lavoura e são instruídos na fé cristã por um eclesiástico. Que frutos produzirá tão violenta operação, não é difícil prever. Exige-se do

índio imediata renúcia a todos os seus hábitos, tendências e costumes nativos, e ainda a submissão às leis e a uma religião que eles desconhecem. A consequência fatal é que os mais resolutos combinam entre si escapar, logo que lhes for possível, ao intolerável constrangimento e os restantes permanecem como estranhos, sem se assimilar no meio dos brasileiros e se vão finando no mais lúgubre abastardamento físico e moral”¹⁸.

Após estas informações sumárias sobre alguns aspectos do contacto entre brancos e índios no Piauí Colonial, vejamos a seguir mais especificamente como se deu a utilização da mão-de-obra indígena nas fazendas de gado durante os séculos XVII e XVIII.

II.

Azeredo Coutinho, o ilustrado autor do *Ensaio Económico sobre o comércio de Portugal e suas Colônias* (1816), se não o mais antigo, foi contudo dos primeiros pensadores que mais claramente propalou a idéia de que o indígena brasileiro era refratário às lides agrícolas e particularmente disposto e eficaz nas atividades pastoris: “Os índios do Brasil são muito hábeis, principalmente para tudo o que é de imitação ou de manufatura e ainda mesmo para tudo que pede força e agilidade. Para a agricultura, porém, ou para o trabalho contínuo de rasgar a terra, parecem ter os índios uma repugnância invencível. . . Eles não têm paciência de esperar, querem logo do trabalho do dia colher o fruto à noite . . . Alguns índios do interior do sertão são excelentes peões, muito destros na arte de laçar e de trabalhar aqueles gados. Eles são de um grande socorro para aqueles criadores, ou seja, em apanhar, recolher e conduzir os gados para as cidades e grandes povoações, ou seja, na manufatura e preparação das carnes secas e salgadas”¹⁹.

Mais recentemente, diversos têm sido os historiadores e economistas que endossaram tal ponto de vista. Celso Furtado, por exemplo, diz que “o recrutamento de mão-de-obra para a atividade criatória não parece haver constituído problema, pois o elemento indígena se adaptava facilmente à mesma. Não obstante a resistência que apresentaram os indígenas em algumas partes, ao verem-se espoliados de suas terras, tudo indica que foi com base na mão-de-obra local que se fez a expansão da atividade criatória . . . O indígena se adaptava rapidamente às tarefas auxiliares da criação”²⁰. Na *História Geral da Civilização Brasileira*, Teresa S. Petrone confirma o parecer supra citado dizendo que “o índio adaptou-se admiravelmente ao trabalho da pecuária, mais livre e mais de acordo com sua índole nômade”²¹. Roberto Simonsen, por seu turno, acreditava que “era mais fácil aos criadores, do que aos senhores de engenho, estabelecerem um *modus vivendi* pacífico com os íncolas. O trabalho das fazendas de criar era incomparavelmente mais suave e mais adaptável ao temperamento dos íncolas do que o rude labor dos engenhos”²².

Os dados reproduzidos em páginas anteriores revelam que raríssimas vezes os colonizadores conseguiram estabelecer um *modus vivendi* pacífico com os aborígenes: mesmo quando reduzidos em aldeias missionadas, parte dos índios fugia para seus antigos retiros, os restantes, conforme acuradamente observaram os naturalistas alemães já citados, vagavam pela aldeia em abstrata inércia finando no mais lúgubre abastardamento físico e moral. A violência foi a tônica do contacto interétnico. A violência é que foi o *modus vivendi* desta sociedade. Violência de ambas as partes: quando o Governador do Maranhão, Maia da Gama, passou pelo Piauí, declarou estupefato que “tendo eu corrido todos os domínios do Reino, em Portugal, Índia e Brasil, me parece que não achei em parte alguma aonde os vassallos experimentassem de outro vassallo mais violência”²³. O Pe. Miguel de Carvalho referia-se igualmente aos índios desta terra como “os mais bravos e guerreiros que se acharam no Brasil”²⁴. Como esperar uma convivência pacífica no confronto de grupos tão violentos e com interesses e estilos de vida tão diferentes? Antagonismo que por vezes, em pleno século XVIII, chegou a ameaçar a própria continuidade da colonização: nos anos de 1711-1712 o Piauí é invadido por uma destruidora horda de índios capitaneados por Mandu Ladino, um índio doméstico escapado das missões jesuíticas do Maranhão, que constituiu um verdadeiro terror para os vaqueiros e donos de fazendas. Muitos foram os brancos que tiveram de se retirar para outras bandas mais povoadas a fim de fugirem da agressão mortífera dos incolos²⁵. Por volta de 1747 são os índios Gueguês os autores de novas e perigosas agressões. Segundo palavras do Ouvidor Geral da Capitania, os gentios bárbaros Gueguês além de terem morto mais de 60 colonos de toda qualidade, de terem destruído muitas casas e fazendas, assediando continuamente as habitações até que seus moradores se entregassem, flechando toda a cavalaria e gado, roubando inclusive a muito comboieiro seus gados, armas, pólvora e chumbo, “para fazerem mais eficaz o seu poder, por cujas causas tem despovoado a maior parte das fazendas da freguesia da Mochas nas quais tem dado de perda mais de 500 mil cruzados”. Conclui o Ouvidor informando que mais de 30 propriedades ganadeiras já tinham sido destruídas e que os índios após terem matado um soldado, proclamavam atrevidamente que “não só haviam de matar a todos, mas chegar até a me cortar a cabeça e fazerem-se senhores de toda a Capitania...”²⁶. Pelos anos de 1760, nova rebelião indígena: Aires de Casal informa que “apareceu na parte meridional uma horda que tem dado em que cuidar aos colonos e os há obrigado a abandonar grande número de fazendas de criar gado vacum. Os brancos dão-lhes o nome de Pimenteiras... Conjectura-se serem descendentes de vários casais que viviam domesticados com os brancos nas vizinhança de Quebrobó e que desertaram pelos anos de 1685, a fim de não acompanhar as bandeiras quando faziam guerra aos indígenas. As suas hostilidade começaram em despique dum cão que se lhe mataram na vizinhança da Gurguéia até onde se estenderam em uma ocasião à caça. Num assalto frustrado que há poucos anos se lhes deu, acharam-se 80 arcos,

donde se inferiu que ao menos tinham outros tantos homens capazes de usar desta arma . . .”²⁷. Também o Ouvidor Durão, o autor da mais completa memória setecentista referente ao Piauí, presta interessantes informações sobre tal grupo tribal: “Num sítio denominado as Pimenteiras, que terá segundo notícia, 30 ou 40 léguas de extensão, no centro do mesmo é constante que se acham aldeados numerosos índios a quem se dá o mesmo nome do lugar. Muitos anos se conservaram pacíficos, sem sair fora, nem causar dano algum. Porém de tempos a esta parte se tem averiguado prática já ao contrário, matando e fazendo estrago nas fazendas mais próximas, na freguesia da Vila de Parnaguá. Enquanto porém se buscam os índios de fora, indo conquistá-los por força, com excessivos trabalhos dos moradores da Capitania, fintas violentas de cavalos, dinheiro, bois e farinha, e grande despesa da real fazenda, que nenhuma utilidade recebem destas conquistas mais que novo estrago das fazendas que lhe causam estes nocivos e inúteis habitantes, quando se metem de paz, obrigados da necessidade e que ainda vencidos, sempre vivem com violência, esperando ocasião oportuna para se levantarem como a experiência tem freqüentes vezes mostrado. Parece que seria mais útil e menos custoso se domesticassem aqueles convidando-os mais com suavidade e artifício, que com força, para se evitar a irreparável ruína que podem causar como situados quase no coração de uma Capitania desacautelada e com pouca gente para um assalto repentino”.²⁸

Em pleno século XIX os fazendeiros piauienses reclamavam que os índios Pimenteiras “tinham atacado fogo nas casas dos moradores da região do rio Mearim, queimando assim as colheitas que haviam feito, matando seus escravos, com prejuízo total dos mesmos”²⁹.

Tais relatos, selecionados entre muitos outros, contradizem a suposição de R. Simonsen de que “os criadores estabeleceram um *modus vivendi* pacífico com os incolos”. Mesmo sem documentar sua asserção, Darci Ribeiro também é enfático quando reflete sobre a violência no contacto entre brancos e índios nesta zona sertaneja: “O impacto entre o índio e o invasor europeu assume nessas fronteiras de expansão pastoril a mesma violência de que se revestiu a penetração na floresta tropical. . . O fulcro das discórdias estava na posse da terra que o criador queria limpar dos ocupantes humanos para encher de gado e o problema criado para os índios com a liquidação da caça que os privava de uma insubstituível fonte de subsistência. . . Os índios dos sertões do Nordeste opuseram toda resistência possível à invasão do seu território. . . Os grupos que mais se opuseram à invasão foram trucidados, sendo os sobreviventes apresados como escravos para os canaviais da costa ou para reforçar a população das missões religiosas, sempre necessitadas de novos contingentes humanos. Onde a força dos criadores não foi suficiente para quebrar o ânimo guerreiro do gentio, empreitou-se o serviço de paulistas, criados na escola das bandeiras, especializados em carnificinas e no preamento de índios. . .”³⁰.

Quanto à maior adaptabilidade dos aborígenes à atividade pastoril, nada melhor do que ouvir o testemunho dos próprios contemporâneos — apreciação, aliás, que também invalida a hipótese de vários estudiosos de nossa história econômica. Segundo o já citado Ouvidor Durão, “os índios são uns e outros inseparáveis do furto e bebedeira, e geralmente de qualquer nação que sejam, nimiamente estúpidos, preguiçosos, glutões e ligados aos seus ritos e superstições em um maior extremo, pegando-as como contágio aos mais moradores da Capitania”.³¹ Mais adiante diz o mesmo memoriaalista que os índios, inclusive os domesticados, “nunca largavam de seus antigos vícios e costumes”. Ainda que se leve em conta o enraigado etnocentrismo do Ouvidor Durão, há evidências empíricas que reforçam a ilação de que os indígenas gozavam de baixíssima valorização por parte dos colonizadores, não apenas como seres inferiores mas inclusive como incapazes para o trabalho produtivo. Se constituíssem mão-de-obra tão aproveitável e adaptável no pastoreio, como propalaram alguns historiadores, certamente que em vez de serem sistematicamente exterminados nos campos de batalha, teriam sido aprisionados e domesticados, como fizeram os paulistas. Voltemos aos documentos. Vejamos concretamente qual o significado numérico da população indígena domesticada utilizada nas fazendas de criatório. Para tanto lançamos mão sobretudo de três corpus documentais que cobrem toda a população da capitania do Piauí, a saber: *Descrição do Sertão do Piauí remetida ao Ilm^o e Rev^o Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco*, de autoria do Padre Miguel de Carvalho³², *Descrição da Capitania de São José do Piauí*, escrita pelo Ouvidor Antônio José de Moraes Durão³³ e finalmente *Rol de Desobriga da Freguesia e Distrito da Vila da Mocha no ano de 1762*, assinada pelo Padre Dionísio José de Aguiar³⁴.

Lancemos uma vista d’olhos, em primeiro lugar, na questão da composição demográfica do Piauí entre 1697-1772. Para tanto dividimos sua população nas mesmas 6 categorias utilizadas pelo Ouvidor Durão em sua “Descrição”, a saber: brancos (originários do Reino ou seus descendentes), mulatos (filhos de brancos e pretas), mamelucos (filhos de brancos e índios), índios ou vermelhos (aborígenes de qualquer nação selvagem), pretos (os nascidos n’África e seus descendentes), mestiços (“quando se não podem bem distinguir pelas suas muitas misturas”, por exemplo, os filhos de mulatos e Indias, os filhos de mamelucos e negras etc.).

Composição da população do Piauí segundo a cor-etnia 1697-1772

	1697		1772	
Branco	155	(35,3%)	3205	(16,7%)
Índios	59	(13,5%)	1131	(5,9%)
Pretos	210	(48,0%)	6343	(33,0%)
Mamelucos	—	—	1354	(7,0%)
Mulatos	4	(0,9%)	4050	(21,1%)
Mestiços	10	(2,3%)	3108	(16,3%)
Total	438	(100,0%)	19191	(100,0%)

Em 1697 o Piauí não era nada mais do que uma frente pioneira de vaqueiros: a unidade de ocupação do território é a fazenda de gado³⁵. O padrão típico de povoamento é extremamente simples: 48% dos fogos-fazendas do Piauí eram habitados apenas por um vaqueiro branco acompanhado de 1 ou 2 escravos negros. As mulheres representavam apenas 9,1% da população — havia apenas uma mulher branca³⁶. 97,8% das pessoas eram solteiras. As crianças representavam tão somente 2,2% da população total. 47,7% dos habitantes do Piauí eram escravos. Impossível avaliar o número da população autóctone dispersa pelos matos: o Padre Carvalho, conforme referimos, enumera 37 grupos tribais. Nas 129 fazendas existentes naqueles primórdios, viviam ao todo 59 Índios, 17 referidos como *tapuias*, 39 como *índios* e 3 como *colomins*. Tais índios aparecem residindo em 31 fazendas, isto é, em 24,0% das propriedades rurais, sendo que os escravos negros ocupam 87,5% das fazendas. Dos 59 íncolas, 36 eram do sexo masculino, 23 do feminino. Quanto à distribuição dos índios pelas fazendas, temos:

Índios residentes nas fazendas (1697)

Número de índios	Nº de fazendas
1	20
2	4
3	1
4	5
8	1
Total 59	31

O padrão mais repetido de composição domiciliar das fazendas com índios era viverem na mesma casa (casebre seria mais acertado) um branco vaqueiro, um escravo negro e um índio ou uma índia. Embora o Pe. Carvalho não esclareça se os índios e tapuias das fazendas eram escravos ou livres, apesar da existência do Alvará de 1680 que proibia reduzir à escravidão os silvícolas, tudo faz crer que de fato os únicos livres nesta sociedade deviam ser os brancos. E mesmo estes não gozavam totalmente de suas liberdades, pois a maior parte dos vaqueiros eram rendeiros que deviam pagar 10 réis de foro por cada fazenda ou sítio anualmente aos proprietários absenteístas, motivo aliás de constantes queixumes e atritos entre os trabalhadores e os donos das terras³⁷. A propriedade que abrigava o maior número de silvícolas era a fazenda Mocaitá, pertencente ao Capitão José Garcia Paz, cujo vaqueiro Manuel Leitão Arnozo se fazia acompanhar de mais 4 índios e 4 índias³⁸. Do total de 31 fazendas que possuíam ameríndios, em 19 viviam índios do sexo masculino, de modo que a rigor, apenas 14,7% das propriedades do Piauí é que contavam com mão-de-obra indígena (potencialmente) empregada no pastoreio. Em outros termos, a população ameríndia (masculina) ocupada nas fazendas de criatório no final do

século XVII representava tão somente 9% da mão-de-obra economicamente ativa. População irrisória se comparada com os escravos negros: 50,7% da população masculina.

Poder-se-ia levantar a hipótese, sugeririam alguns, de que com o passar do tempo, superada a fase inicial de conquista e massacre dos grupos tribais que ocupavam primitivamente estas terras, os índios passariam a ser melhormente integrados na empresa pastoril. Quase um século após a conquista, em 1762, de acordo com o recenseamento realizado pelo primeiro governador do Piauí, João Pereira Caldas, a população indígena residente nas missões do Cajueiro e de São João de Sande perfazia 691 indivíduos, isto é, 5,4% da população total da Capitania. Se se tratassem os índios de mão-de-obra tão desejada no pastoreio, como explicar a concentração de mais de 300 índios-homens, vaqueiros em potencial, desprezados pelos terra-tenentes, que os deixavam “vagar em abstrata inércia” sem serem requisitados para as fazendas? Dez anos após este censo, de acordo com a estatística do Ouvidor Durão, havia espalhado pelas fazendas do Piauí 1131 índios, 556 do sexo masculino e 575 do feminino. Nas duas aldeias diz o mesmo Censor existirem mais 736 almas, as quais não foram incluídas no mapa estatístico geral da população da Capitania, “por não prometerem aumento nem ainda subsistirem”. No total, portanto, havia no Piauí, em 1772, 1867 índios, dos quais 60,5% estavam nas fazendas e 39,5% nas aldeias. Os índios nas fazendas representavam 5,2% da população masculina total da Capitania e as índias, 6,7% da população feminina. Assim sendo, a população indígena masculina vivendo nos sítios e fazendas que em 1697 representava 9% da população masculina total, cai para 5,2% em 1772. Tal constatação nos permite afirmar que com o passar dos anos, a presença de índios na pecuária tendeu sensivelmente a decrescer. Mesmo se computarmos conjuntamente índios e mamelucos, seu significado numérico revela-se inferior ao dos demais grupos étnicos ocupados nas lides de pastorear: índios e mamelucos representam 12,9% da população total, enquanto que os mulatos, 21,1% e os negros, 33%.

Vejamos a seguir como se distribuíam os índios nas fazendas de gado. Para tanto, baseamo-nos numa relação nominal de habitantes, o citado *Rol de Desobriga* que cobre a totalidade dos moradores da freguesia e distrito de Mocha, a sede da capitania. Trata-se de um manuscrito no qual o vigário, seguindo o que ordenavam as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia³⁹, devia assinalar anualmente o nome, sobrenome, condição e qualidade de todos os moradores da totalidade dos fogos de sua paróquia, isto com a finalidade de deixar registrado quantos e quais foram os fregueses que se desobrigaram dos deveres pasquais da confissão e comunhão. Este Rol, o único que se tem notícia relativamente ao Piauí, encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa⁴⁰. Foi, por conseguinte, com base nesta fonte que o Governador Caldas elaborou o *Mapa da*

*População do Piauí em 1762*⁴¹: infelizmente os róis de desobriga das demais freguesias, com exceção deste da Capital, não foram ainda localizados, (se é que ainda existem). Embora referindo-se apenas à freguesia da Mocha, esta relação constitui uma mostra de grande significado para a reconstrução da história social e demográfica destes sertões pois a freguesia da Mocha, situada no meio da Capitania, é recortada por diferentes zonas ecológicas, comportando em seu território não apenas fazendas de criatório como também sítios e engenhocas, estes últimos situados nas regiões brejeiras. Nossa mostra também é muito significativa quantitativamente porque registra 30% das propriedades rurais do Piauí (162 fazendas), cobrindo um total de 302 fogos (20% dos domicílios existentes na zona rural), nos quais viviam 2406 pessoas (18,8% da população de toda a Capitania). Levando-se em conta a grande dispersão dos moradores das fazendas e a minúcia na enumeração de cada um dos domiciliários, tal documento constitui peça de primeira grandeza para a reconstrução histórica de importantes aspectos sociais, econômicos e demográficos desta região tão pouco estudada e sobre a qual tantos axiomas errados continuam a ser repetidos. Assim sendo, vejamos como se compunha a população residente nestas 162 fazendas:

Composição da população das fazendas do Piauí seg^o a côr (1762)

Branços	882	(36,7%)
Índios	101	(4,2%)
Pretos livres	49	(2,0%)
Mamelucos	4	(0,1%)
Mulatos livres	15	(0,6%)
Mestiços livres	31	(1,3%)
Escravos	1324	(55,1%)
Total	2406	(100,0%)

Infelizmente não consta no documento a cor dos escravos, o que faz com que o número dos mulatos, pretos e mestiços livres apareça grandemente diminuído. Como a partir de 1755 os índios e mamelucos estão isentos da escravidão, a população de escravos devia certamente compor-se de pretos e mestiços de diferentes fenótipos. Assim, se concentrarmos esta amostra em apenas três categorias, teremos: 4,2% de índios, 36,7% de brancos e 51,9% de mestiços portadores de variegados fenótipos.

Do total de 101 índios residentes nas fazendas, 52 eram do sexo masculino, 49 do feminino. Viviam dispersos em 59 fogos, estando mais da metade concentrados nas ribeiras do Parnaíba e do Itaim. Os índios estavam presentes, portanto, em 19,5% dos fogos da capitania. Das 59 fazendas possuidoras de silvícolas, 40 abrigavam apenas 1 índio; 9 fazendas, 2 índios; 3 fazendas, 3 índios; 3 fazendas, 4 índios; 2 fazendas 5 índios. As 2 fazendas possuidoras do maior número de íncolas abrigava seis indivíduos cada uma: na fazenda da Gameleira, situada no Baixo Canindé, viviam ao todo

15 pessoas, entre vaqueiros, escravos e índios. Os 6 índios formavam apenas uma família: um casal com 4 filhos. Na fazenda Canabrava, na Ribeira do Piauí, viviam exclusivamente índios, sem outros domiciliários: um casal e mais 4 indígenas sem relação parental declarada. Não observamos nenhuma regularidade na relação entre o número de habitantes não índios de uma propriedade com o número de índios aí existentes: eles aparecem indistintamente em fazendas com poucos ou com muitos moradores. Nota-se, todavia, sua frequência relativamente maior nas fazendas possuidoras de escravos: 71% das fazendas com índios possuíam também escravos. Do total de 59 fogos que abrigavam índios, em 25 havia um ou mais representantes do sexo masculino, em 17 só índias. Em 42 fogos havia índios-homens (incluindo-se neste número os lares que além de um ou mais índios possuíam também mulheres índias), de maneira que apenas 13,9% dos fogos desta região é que abrigavam mão-de-obra indígena potencialmente utilizável na pecuária. Mais de 1/3 destas fazendas possuía apenas um índio-homem; duas fazendas contavam com 3. A fazenda possuidora do maior número de silvícolas do sexo masculino abrigava quatro indivíduos: trata-se da já citada Fazenda da Gameleira, na qual viviam os seguintes vermelhos: Tomás de Sousa e sua mulher Ana de Sousa, acompanhados de seus filhos Antônio, Inocência, Manuel e da filha Maria.

Quanto à composição familiar de tal grupo étnico, encontramos apenas 10 casais (famílias simples) constituídos exclusivamente por índios: destes, 3 casais tinham filhos e 7 não os tinham. Além destes havia mais 6 casais mistos: 3 índias casadas com escravos pretos ou mulatos, uma índia casada com um mestiço forro, um índio casado com uma crioula e outro índio casado com uma mestiça. Encontramos ainda três mães solteiras: uma das índias, de nome Tomásia, moradora no sítio do Meio, no Canindé a Baixo, possuía um filho menor, Inácio, mestiço. Na fazenda de São Romão, na ribeira do Piauí, viviam numa casa um índio cego de nome Pedro, acompanhado de seu filho Pedro Cruz: é o único caso de índio pai-solteiro.

Quanto à filiação, notamos que dos 16 casais envolvendo um ou os dois cônjuges indígenas, apenas 6 possuíam filhos; três casais com um filho, um casal com dois filhos, um casal com quatro descendentes. Das mães solteiras, duas têm um filho e uma, de nome Maria de Jesus, moradora na Fazenda da Santa Maria na Ribeira do Piauí, tinha dois filhos, Tomásia e João, este último menor de idade.

No Piauí, conforme mostramos em outros trabalhos ⁴², a grande parte dos fogos das fazendas era ocupada por famílias simples (50,3%), os domicílios sem estrutura familiar representavam 23,8%, as famílias múltiplas 16,2%, as famílias extensas 6,7% e finalmente os domicílios solitários, 3%. Os índios repetem *mutatis mutantis* o mesmo padrão de composição domiciliar da sociedade global: 32% dos índios viviam como agregados em casas regidas por um casal com ou sem filhos; em 8,4% dos domicílios re-

sídiams casais indígenas que constituíam a única família nuclear. Na Fazenda da Aldeia e no Curral do Campo havia 2 fogos em que viviam dois casais de índios em cada um, constituindo os únicos casos de família múltipla indígena, constituindo-se ambos como núcleos secundários, apenas o último sendo constituído por parentes: trata-se da família do índio Jacinto, casado com Domingas, cujo filho Felizardo era casado com Rosália, mulher cuja etnia não consta no Rol de Desobriga. Só encontramos uma família extensa entre os índios: na Fazenda do Caldeirão, na Ribeira do Itaim, vivia o índio Marçal e sua mulher Quitéria, acompanhada de Maria, índia viúva, irmã da dita Quitéria. Se tais casais já viviam casados antes de serem domesticados, e em que medida tais conúbios repetiam e respeitavam as regras de casamento da tribo, são assuntos que a documentação é omissa.

A composição de alguns fogos mereceria nossa particular atenção: na Fazenda da Canavieira (a mais populosa propriedade do Piauí setecentista, totalizando em seu interior 40 fogos), numa das casas vivia o único índio solitário da região: Vidalvogado, solteiro. Na mesma fazenda, próximo a este domicílio, havia outro casebre onde vivia apenas um casal indígena: Antônio Pereira e sua mulher Lourença da Silva. Na fazenda da Canabrava, outro lar habitado apenas por ameríndios: Faustino e Inácia, sua mulher, acompanhados de 4 tapuias: Domingas, Joana, Leonarda e Antonio Carvalho — infelizmente o documento não menciona se tais indivíduos eram ou não aparentados. Como o vigário, autor deste Rol, costuma sempre declarar o parentesco de seus fregueses, provavelmente estes 4 índios não tinham qualquer vínculo parental — ao menos de acordo com o referencial de parentesco canônico seguido pelo referido sacerdote. Na Ribeira do Piauí observamos outro padrão inusitado de estrutura domiciliar: via de regra, a primeira pessoa que encabeça a lista de moradores de uma casa era tido como o chefe ou o “cabeça do fogo”, como se dizia na época. Em 10% das 162 fazendas estudadas, eram os próprios escravos que encabeçavam a lista dos residentes nos domicílios: em 13 fazendas havia apenas escravos sem pessoas livres, em 3 fazendas, além dos escravos, índios e mestiços. Na Fazenda do Macaetá, viviam 6 escravos, 1 escrava e o índio João Correia. Na Fazenda dos Algodões, além de 6 escravos, 3 escravas, residia o índio José e uma mulher Joseja, de cor não declarada. Na Fazenda Nazareth, finalmente, assistiam 6 escravos, o índio Luiz, um forro de nome José Fernandes e um viandante chamado Antônio Alves. Desafortunadamente a documentação também aqui não nos permite saber qual a hierarquia interna destas propriedades: quem dirigia a empresa, se os escravos, índios ou os outros camaradas. Se não os escravos, porque apareceriam estes encabeçando a lista dos moradores destas fazendas?

Contradizendo as opiniões de diversos historiadores e economistas, relativamente à presença indígena no Piauí Colonial e nas zonas sertanejas em geral do Nordeste, nossos dados permitem-nos concluir que:

1) Aires de Casal equivocou-se quando supôs que “a redução ou repulsa das várias nações de índios do Piauí não custou tanto tempo nem tantas fadigas e dispêndio de cabedal e gente como em outras partes”⁴³. A resistência tenaz dos índios, cristalizada em forma de fuga para outras regiões distantes, em assaltos e incêndio de fazendas, em constantes “guerras de corso” — e isto até às vésperas da Independência — mostram de maneira cabal o quanto foi demorado, custoso e sangrento neutralizar a hostilidade dos primitivos donos da terra. A extrema violência e crueldade dos colonizadores podem inclusive ser interpretadas como resposta à braveza e indocilidade destes silvícolas, considerados então como “os mais bravos e guerreiros que se acharam no Brasil”.

2) A afirmação de R. Simonses de que “os criadores estabeleceram um *modus vivendi* pacífico com os íncolas” não tem respaldo factual, pois a violência extremada foi a forma mais usual e diária de contacto entre brancos e índios. Os episódios de genocídio das populações aborígenes permeiam todo o século XVIII e a inexistência em nossos dias de sequer um grupo indígena no Piauí fala por si só da violência e do quão deletério foi o contacto dos brancos com os diversos povos tribais que ocupavam aquelas brenhas⁴⁴.

3) Celso Furtado equivocou-se também quando afirma que “o recrutamento de mão-de-obra para a atividade criatória não parece haver constituído problema pois o elemento indígena se adaptava fácil e rapidamente às tarefas auxiliares da criação”. A presença de numeroso contingente de índios domésticos nas aldeias, marginalizados e desprezados pelos criadores sugere que os íncolas não eram tão desejados e indispensáveis como mão-de-obra. Além disto, nossos dados estatísticos comprovam enfaticamente que os índios sempre foram menos numerosos nas fazendas de gado do que os escravos negros e mestiços. Em 1697 os índios (do sexo masculino) estavam presentes em apenas 24% das fazendas de gado, representando somente 9% da mão-de-obra potencialmente empregada no pastoreio. Em 1762 são ainda menos numerosos: os índios aparecem em 13,9% das propriedades rurais estudadas, perfazendo tão somente 3,6% da população potencialmente ocupável no criatório⁴⁵. Embora sem recorrer aos antigos censos, tanto Darci Ribeiro quanto J. C. Melatti confirmam nossa conclusão: o primeiro diz que “ao criador não interessa o concurso do índio como mão-de-obra”⁴⁶ e o segundo, ao pesquisar os índios Krahó do Estado vizinho do Maranhão, informa que aí “a mão-de-obra tanto escrava quanto livre era mais do que abundante. . . . Se não havia por conseguinte na área pastoril trabalho suficiente para todos os civilizados, livres ou escravos, como haveriam eles de desejar mão-de-obra indígena? A frente pastoril não precisava da força de trabalho dos índios: não lhe restava portanto outra alternativa senão aniquilá-los ou afastá-los para longe” . . .⁴⁷.

4) Finalmente, também incorreta é afirmação de Caio Prado Jr. e de outros, de que no sertão pecuarista “o trabalho é em regra livre. Nestes

territórios imensos, pouco povoados e sem autoridades, é difícil manter a necessária vigilância sobre trabalhadores escravos”⁴⁸. Apenas 23 anos após a descoberta do Piauí, os escravos de ambos os sexos representavam 48% da população total, estando presentes em 87,5% das unidades residenciais. Em 1762, 55% dos habitantes das fazendas estudadas são pretos e mestiços vivendo sob o regime da escravidão, encontrando-se um ou mais cativos em 90% das propriedades pastoris.

Concluo esta comunicação fazendo minhas as palavras de Francisco Xavier Machado, autor da *Memória relativa às Capitanias do Piauí e Maranhão* (1810):

“Pode ser que nesta minha exposição haja alguma alteração ou falta, porém julgo não será considerável. A pressa com que passei por este território me inibiu de poder satisfazer inteiramente minha curiosidade...” Infelizmente ainda não tive a ventura de percorrer estes sertões, nem vasculhar os arquivos locais: tão logo isto aconteça, pretendo continuar a pesquisa etno-histórica referente à cultura, economia e sociedade do Piauí-Colonial.

Anexo

“Nomes dos Tapuias bravos que têm guerra com os moradores da nova freguesia de N. Sa. da Vitória do Sertão do Piauí.”

Pe. Miguel de Carvalho, 1697

- Na cabeceira do rio Parnaíba: Aróaquizes e Carapotangas;
- No riacho Savauí, afluente do Parnaíba: Aroquanguiras e Nongazes;
- No riacho Irussuí, afluente do Parnaíba Precatis;
- Nas cabeceiras da Goruguca: Acuruás, Rodeleiros e Beiçudos;
- Num riacho afluente do Goruguca: Bocoreimas;
- Num riacho que entra na Parnaíba: Cupequacas e Cupicheres;
- No rio Mearim: Gutamês e Goiias;
- Nas cabeceiras do Rio Preto: Anicuás;
- No rio Parnaíba: Aranhês e Goarás;
- Num riacho afluente do Parnaíba: Corerás, mais abaixo Aititeteus, mais abaixo, Abetiras e Beirtés;
- No rio Moni, Macamasus;
- Na barra do Parnaíba: Tramambés;
- Na serra da Ibiapaba: Anassus e Alongás;
- No riacho de S. Vítor: Aruás;
- Na serra do Araripe: Ubates, Meatãs, Jendóis, Icós e Uriús;
- No rio Guruguea: Corsias e Lanceiros;
- Na cabeceira do rio Piauí: Araiês e Acumês;
- Na cabeceira do Canindé: Coaratizes e Jaicós;
- No rio Canindé: Cupinharós.

“E outras muitas nações há no circuito desta freguesia de que se não sabe nome. As acima ditas são as que nos deram ou de presente dão guerra mais viva” (*Descrição do Sertão do Piauí, op. cit.* p. 389). Obs. Os nomes das tribos e dos acidentes geográficos foram reproduzidos de acordo com a ortografia do documento original.

NOTAS

- (1) — Carvalho, Padre Miguel, “Descrição do Sertão do Piauí remetida ao Ilm^o e Rvm^o Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco”, in Ennes, Ernesto: *As Guerras dos Palmares*, Brasileira, vol. 127, 1938, p. 362.
- (2) — Aires de Casal, *Corografia Brasileira*, Ed. Universidade de S. Paulo, Liv. Itatiaia Ed., S. Paulo, 1976, p. 291.
- (3) — Furtado, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, Editora Fundo de Cultura, S. Paulo, 1964, p. 70-77.
- (4) — Nunes, Odilon, *Pesquisas para a história do Piauí*, 2^a Edição, Ed. Arte Nova, 4 volumes, 1975; *Os primeiros currais* (Geografia e História do Piauí seicentista), Teresina, Monografias do Piauí, Série Histórica, 1972; Mott, L.R.B. “Fazendas de gado do Piauí 1697-1762”, *Revista de História*, Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores de História, 1976, p. 343-369.
- (5) — Martins, Oliveira, *Um herói esquecido (João da Maia Gama)*, Lisboa, 1944, vol. 100.
- (6) — Mott, Luiz R.B. “La estructura demografica de las haciendas de ganado de Piauí-Colonial: un caso de poblamiento rural centrífugo”, Comunicação apresentada na Conferência Internacional da União para o estudo científico da População, México, Agosto 1977, p. 2. (No prelo na *Revista Ciência e Cultura*).
- (7) — Carvalho, Pe. Miguel, (1938), *op. cit.*, p. 370 3 379.
- (8) — *Idem, ibidem*, p. 371, 372, 380, 381, 386, 387.
- (9) — *Idem, ibidem*, p. 389.
- (10) — Nunes, Odilon, (1975), *op. cit.*, p. 63.
- (11) — Pereira d’Alencastre, José Martins: “Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí”, *Revista do Instituto histórico e geográfico Brasileiro*, tomo XX, 1^o trimestre, 1857, p. 18-19.
- (12) — apud Porto, Carlos Eugênio: “Realidade e muito sobre os índios do Piauí”, *Revista Atualidade Indígena*, ano I, n^o 5, jul-agosto 1977, p. 50.
- (13) — Nunes, Odilon (1975), *op. cit.*, p. 53.
- (14) — Arquivo histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 1.
- (15) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lata 66, Documento 1.
- (16) — Carvalho, Pe. Miguel (1938), *op. cit.*, p. 388-389.
- (17) — *Descrição da Capitania de S. José do Piauí*, de autoria do Ouvidor Geral Antônio José de Moraes Durão, 1772. Arquivo Histórico Ultramarino (Lxa.), Piauí, Caixa 3, fl. 4. (No prelo).
- (18) — von Spix, J.B. & von Martius, C.F.P. *Viagem pelo Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, p. 448-449. O Pe. Manuel Aires de Casal fornece alguns detalhes a mais relativamente a esta aldeia: “São Gonçalo do Amarante, aldeia e paróquia de índios, situada num terreno escolhido e fecundo, onde outro povo laborioso, fazendo florescer a agricultura, poderia viver em abundância e ser rico. Fica cinco léguas arredada da embocadura do Canindé e obra de vinte ao norte da Capital. Foi fundada pelos anos de 1766 para habitação de 900 gueguês que ocupavam o terreno onde o Parnaíba tem as sua cabeceiras, e 1600 acroás, que viviam mais para o meio-dia. Passado algum tempo todos desertaram; porém indo-selhes ao alcance, foram de novo conquistados e restabelecidos no mesmo lugar onde hão ido sempre em decadência”. *Op. cit.*, p. 296.

- (19) — Azeredo Coutinho, J.J.C. *Obras Econômicas*, Cia Ed. Nacional, S. Paulo, 1966, p. 98-99.
- (20) — Furtado, Celso (1964), *op. cit.*, p. 75-76.
- (21) — *História Geral da Civilização Brasileira*, "As áreas de criação de gado", Teresa S. Petrone, Dif. Européia do Livro, São Paulo, 1960, tomo I, vol. 2, p. 222.
- (22) — Símonsens, R. *História Econômica do Brasil*, t. I, Brasiliana vol. 100-A Biblioteca Pedagógica Brasileira 1944, p. 284.
- (23) — Martins, Oliveira (1944), *op. cit.*, p. 28.
- (24) — Carvalho, Pe. Miguel (1938), *op. cit.*, p. 387.
- (25) — Pereira da Costa, F.A. *Cronologia histórica do Estado do Piauí, desde os seus primitivos tempos até a Proclamação da República em 1889*. Pernambuco, Tipografia do oJornal de Recife, 1909, p. 79. Arq. Hist. Ultr. Piauí, Cx. 3.
- (26) — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 1, Ofício do Ouvidor: Geral Mateus Pinheiro da Silva sobre os índios Gueguês, ao Rei (6/11/1747).
- (27) — Aires de Casal (1976), *op. cit.*, p. 291.
- (28)8 — "Descrição da Capitania de S. José do Piauí" (1772), *op. cit.*, fl. 6.
- (29) — Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 7-4-73, Informação a respeito de desordens dos escravos levantados e gentios bárbaros, (1/10/1811 e 13/10/1811).
- (30) — Ribeiro, Darci: *Os índios e a civilização*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1977, p. 50-51.
- (31) — "Descrição da Capitania de S. José do Piauí" (1772), *op. cit.*, fl. 18.
- (32) — Carvalho, Pe. Miguel (1938), *op. cit.*, p. 370-389.
- (33) — Arquivo Histórico Ultramarino, Pianí, Caixa 3.
- (34) — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 3, 29/5/1763.
- (35) — Mott, Luiz R.B. "Fazendas de Gado do Piauí (1697-1762)", *op. cit.*, p. 344 e ss.
- (36) — Darci Ribeiro diz que a zona pastoril 'se constituia em sociedade melhor estruturada, que crescera vegetativamente, não carecendo de mulheres índias...' *op. cit.*, p. 51). Não podemos concordar com tal afirmação pois ao menos nos primórdios da colonização não foi isto exatamente o que aconteceu: do total de 40 mulheres existentes na fazenda do Piauí, 23 eram índias, 8 mastiças, 7 pretas, 1 mulata e 1 branca. Havia 1 mulher par 10homens.
- (37) — Carvalho, Pe. Miguel, (1938), *op. cit.*, p. 370.
- (38) — *Idem, Ibidem*, p. 384.
- (39) — A respeito dos "Rois de Desobriga" e outros documentos civis e eclesiásticos ricos de informações relativamente à composição da população do Brasil-Antigo, cf. Mott, Luiz R. B. "A demografia histórica e a história demográfica do Brasil: Fontes documentais e bibliografia", Comunicação apresentada no 3º Encontro regional da ANPUH, Santos, setembro 1976 (no prelo nos *Anais da Revista de História*).
- (40) — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 3, (29-5-1763).
- (41) — Arquivo Histórico da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (Itarati), Lata 267, maço 2, pasta 1, "Resumo de todas as pessoas livres e cativas, fogos, fazendas da cidade, vilas e sertões da Capitania de São José do Piauí".
- (42) — Mott, Luiz R. B. "La estructura demográfica de las haciendas de ganado de Piauí-Colonial: un caso de poblamiento rural contrífugo", *op. cit.*, p. 13 e ss.
- (43) — Aires de Casal, (1976), *op. cit.*, p. 291.
- (44) — O poeta Hindeburgo Dobal Teixeira descreve com grande dramaticidade a violência com que foram massacrados os índios Pimenteiras no ano de 1776: cf. poema "El Matador", *Revista Atualidade Indígena*, ano I, nº 5, julho-agosto 1977, p. 52-53.
- (45) — Infelizmente não há informação precisa de quais serviços eram encarregados os índios residentes nas fazendas de criatório. Azeredo Coutinho (*op. cit.*)

diz que eram os silvícolas excelentes peões, muito destros na arte de laçar e de trabalhar aqueles gados, apanhando-os (na catinga), recolhendo-os nos currais e conduzindo-os em boiadas para as povoações e cidades. Diz ainda que índios eram empregados na preparação de carnes secas e salgadas, a principal indústria da vila de Parnaíba, no delta do rio do mesmo nome. Celso Furtado, como vimos, diz que os índios eram ocupados “nas tarefas auxiliares da criação”: quais seriam essas tarefas? O que sabemos ao certo é que muitos índios eram empregados no comboio de boiadas das fazendas do Piauí para a feira de Capoame, no recôncavo da Bahia. Assim, entre 10-3-1770 e 18-5-1774, saíram das antigas fazendas da Companhia de Jesus um total de 34 boiadas. Encarregavam-se do comboio dos animais além do vaqueiro-passador, os seguintes especialistas: guias, cargueiros e tangedores. Com excessão do passador (principal responsável pelas boiadas), as demais funções são ocupadas ora por escravos, ora por livres assalariados. Os índios aparecem empregados apenas na função de tangedores, recebendo com estipêndio, no final do comboio, de 10 a 12\$000, pelo transporte da boiada até à feira de Capoame. De um total de 210 tangedores ocupados nas sobreditas 34 boiadas, 51 eram índios (24%).

(46) — Ribeiro, Darci (1977), *op. cit.*, p. 51. Discordamos deste Autor quando sugere que nas fronteiras de expansão pastoril “a violência é aqui atenuada porque ao criador não interessa o concurso do índio como mão-de-obra...” Conforme mostramos, a luta pela conquista dos territórios tribais foi cruentíssima, levando à extinção da totalidade dos grupos indígenas que aí viviam. O único atenuante é talvez o fato de que como diferentemente da maior parte das demais capitânicas, o Piauí só foi conquistado nos fins do século XVII, nesta época a legislação protegia um pouco mais os aborígenes do que nos dois primeiros séculos da colonização.

(47) — Melatti, Júlio César: *Índios e Criadores*. Monografias do I. C. S., Rio de Janeiro, 1967, p. 32.

(48) — Prado Jr., Caio: *História Econômica do Brasil*, S. Paulo, 1956, Ed. Brasiliense, p. 45. Melatti baseando-se sobretudo nos relatos de Francisco de Paula Ribeiro (1874), diz que no Maranhão oitocentista nas zonas agrícolas os escravos eram sete vezes superior ao número de indivíduos livres, enquanto que na zona de criatório (limítrofe com o Piauí) os cativos eram quatro ou cinco vezes menos numerosos que os livres. Fiando-se em tais dados Melatti sugere que na zona pastoril predominava a utilização da mão-de-obra livre em detrimento da escrava (p. 28). Diz ainda: “Em nenhuma fonte que consultamos se diz explicitamente da existência de vaqueiros escravos. Supomos que fossem sempre recrutados entre os homens livres” (p. 29). Os escravos quando presentes ocupariam as funções subalternas da criação — eram os chamados “fábricas” ou ajudantes dos vaqueiros. Nossos dados demonstraram realidade diferente no vizinho Piauí: alta porcentagem de escravos ocupados nas fazendas de criação assim como cativos dirigindo diversas propriedades na qualidade de responsáveis principais (e às vezes únicos) pelos rebanhos. A presença de escravos vaqueiros é confirmada igualmente nas fazendas ou estâncias do Rio Grande do Sul: cf. Spencer Leitman, “Slave cowboys in the cattle lands of southern Brazil, 1800-1850”, *Revista de História*, vol. LI, nº 101, 1975, p. 167-177. Sobre a ocorrência de escravos vaqueiros em outros países latino-americanos (Venezuela, Cuba) e mesmo na Luisiana, cf. nota 2 deste mesmo artigo.